

O corpo e o outro: o conflito de sensibilidades no diário de viagem de Francisco Freire Alemão, presidente da Comissão Científica (1859-1861)

■ KAROLINE VIANA TEIXEIRA¹

O botânico Francisco Freire Alemão, considerado um dos mais importantes naturalistas brasileiros do século XIX, esteve na província do Ceará por dois anos e meio como presidente da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte e chefe da Seção Botânica — um tipo de expedição que, apesar de patrocinada pelo imperador Pedro II, naturalistas poderiam pesar risco e prestígio antes de aceitar tal incumbência. Como lembra Lorelai Kury, participar de uma expedição científica era difícil “não apenas por causa dos perigos físicos que [viajantes naturalistas] corriam durante suas aventuras, mas também porque a comunidade científica não era unânime quanto à valorização do trabalho do viajante”. No século XIX, tal tarefa era relegada a “naturalistas mais jovens, oficiais da Marinha, nobres em busca de entretenimento filantrópico ou aventureiros em geral” (Kury, 2001, p. 864).

O fato é que o diário de viagem redigido por Freire Alemão durante a viagem exploratória pelos sertões apresenta uma gama de informações e reflexões que em muito ultrapassava as demandas do trabalho de campo como botânico. A formação ilustrada de Freire Alemão justifica, em parte, essa tentativa de apreensão totalizante, a partir de uma matriz de conhecimento ainda não compartimentado em disciplinas. Não seria difícil supor que a viagem exploratória ao Ceará estivesse envolta em expectativas e incertezas para Freire Alemão, ainda mais nessa dupla afirmação como chefe da Seção Botânica e presidente da Comissão, portanto responsável pelo bom andamento dos trabalhos. Estamos diante de um indivíduo em busca de afirmação no meio científico, e a base dessa afirmação será

1. Doutora em História Social – Universidade Federal do Ceará (UFC). O presente artigo é derivado de parte da tese de doutorado por mim defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), em julho de 2017, intitulada “A Seiva e o Traço: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861)”, sob orientação da Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas. A tese contou com bolsa do Programa Reuni de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação Articulada à Graduação (Propag). Email: karolineteixeira@gmail.com.

o registro escrito. Por outro lado, o aspecto privado² deste documento permite ao leitor entrever as dúvidas, as incertezas do diarista diante de pessoas e situações tão díspares da sua própria experiência de mundo.

A riqueza de informações contidas no diário de viagem indica mais do que o gosto do autor pelo detalhe, pelo pormenor. Muitas vezes a recorrência de certos temas e a repetição de notações atuam como importantes marcadores do grau de civilidade da “gente do país”, segundo a avaliação de Freire Alemão. É o caso da indumentária, exaustivamente referida ao longo do diário, cujas ponderações “revela[m] um olhar treinado para a minúcia e o desvelamento do aparentemente banal” (Silva Filho, 2006, p. 31). Ao longo da leitura, percebe-se, por exemplo, que a notação constante do trajar dos cearenses serve de contraste a um modo idealizado, civilizado de bem-vestir.

Embora o grosso da população masculina da província, desde o campônio até os mais grados, se apresentasse vestida com camisa solta sobre as ceroulas, Freire Alemão sentiu a necessidade de notar esse fato 28 vezes, pelas variantes “mangas de camisa”, “camisa por cima das ceroulas”, “camisa sobre as ceroulas”, “camisa e ceroula” e “ceroula e camisa solta por cima”. Por que colocar em relevo, pela repetição, o modo de vestir ordinário dos homens da província? Interessante notar que, em grande parte dessas referências, Freire Alemão destaque o fato de tais homens estarem em companhia de mulheres, fossem esposas, filhas ou mães, como para deixar patente o comum e, ao mesmo tempo, o estupor, dele, ao deparar com homens, em público ou no seio da família, usando roupas de baixo, algo que Freire Alemão chega a taxar de “costume da terra” (Alemão, 2011, p. 93) — mas nem por isso menos inquietante para um homem que vem da Corte, para quem as ceroulas, ainda que cubram o corpo da cintura até os tornozelos, encontram-se na categoria de roupa íntima, como se pode depreender do seguinte trecho:

A senhora do Sr. Luiz Pereira, e uma moça sua filha, só nos aparece pelas dez horas da noite, quando nos íamos acomodar, e o Lagos estava já em ceroulas na sua rede e foi obrigado a vestir-se: a senhora vinha receitar-se e apareceu a esta hora porque durante o dia esteve atormentada de dores de cabeça (Alemão, 2011, p. 201).

O botânico deixa claro que tal forma de trajar feria seu senso de decência e pudor, ainda mais quando as mulheres provincianas, movidas por um misto de curiosidade e hábito, tentavam invadir a intimidade do seu próprio corpo:

2. Por conta da cessação dos trabalhos da Comissão Científica de Exploração, determinada pelo governo imperial, e posterior adoecimento de Freire Alemão, o diário de viagem permaneceu em sua forma original, sem qualquer tipo de edição ou corte, operação que fatalmente ocorreria caso tivesse sido publicado.

“Acostumados [sic] a ver os homens em ceroula e camisa solta por cima, se a gente não se refugia para algum lugar mais escuso, e se se dê na necessidade de mudar de roupa, é coisa muito simples, não se tiram!” (Alemão, 2011, p. 443). Mesmo num casamento, o “dono da casa, pai da noiva, [que] é um pardo, que só pouco antes de nos retirarmos é que se nos apresenta com pé no chão, camisa sobre as ceroulas e dando-nos mil desculpas por não ter aparecido antes” (Alemão, 2011, p. 136).

A quebrar a onipresença das ceroulas, Freire Alemão por 11 vezes faz referência à palavra “calça” ou “calças”, além de uma a “bermuda” e outra a “calção” — essa última com fins de fantasia para a Festa de Reis no Crato, quando os homens da súcia de mascarados usaram “calção, grande farda e chapéus de pancadas, imitando a antiga guarda francesa” (Alemão, 2011, p.173). Dessas 11, seis tratam de sua própria calça e nas demais se refere aos raros homens da província que as portam, sempre com a camisa solta. A casaca ou a sobrecasaca aparecem em ocasiões solenes, como missas, casamentos, procissões e velórios.

Agora são talvez dez da noite, toda a cidade está silenciosa, e indo eu à janela para fechar a porta, vim ver debaixo muitas luzes, esperei para recolher o que, e só quando chegam abaixo da janela é que vi que era um defunto, em um caixão revestido de preto, em cruz de Gali, carregado por quatro homens de casacas e acompanhado por oito ou dez, vestidos de casacos elevando velas curtas, com cartuchos de papel, contra o vento (Alemão, 2011, p. 60).

Das suas próprias roupas, Freire Alemão se refere três vezes ao uso de colete branco, uma cor que no Ceará era muito difícil manter a contento, como veremos mais adiante. Na passagem do rio Curu, em que ficou com água quase até os ombros e pescoço, colocou-se mais “à ligeira”: “Eu tirei as botas, as calças e o paletó, e em ceroula e meias, colete e chapéu de palha montei a cavalo; devia ser uma curiosa figura” (Alemão, 2011, p. 432). É possível que, no cotidiano da viagem, trajasse roupas de linho, tecido apropriado ao calor, e não algodão, pelo que um grupo de meninos dizia, examinando tudo que trazia. “‘Isto há de ser muito’, indicando o pano [f. 175] do meu paletó” (Alemão, 2011, p. 155). As referências a tecido se limitam a uma “calça de brim”, um “paletó de pano”, “gravatas de seda” e um “paletó de seda”.

Os longos períodos em percurso o colocavam, muitas vezes, em situação de não estar bem apresentado em público, pela falta de quem lhe lavasse e passasse a roupa. “Levantamo-nos cedo e eu assim mesmo como estava de paletó branco e calças de brim, tudo já enxovalhado, dirigi-me para a vila, que é distante um oitavo de légua, mas a manhã estava fresca” (Alemão, 2011, p. 206). Também

havia a circunstância de as peças ficarem molhadas em caminho, mesmo com todos os cuidados no acondicionamento: “A roupa suja que vinha no saco se molhou, assim como o meu chapéu de pelo que, apesar de vir em caixa de lata apanhou água” (Alemão, 2011, p. 397). Nas ocasiões mais solenes aparecia de casaca ou de sobrecasaca, quando a primeira já havia sido muito usada ou estivesse suada. Encontramos Freire Alemão no dia 4 de março de 1861 em seu entretenimento noturno ordinário em Fortaleza, fazer visitas: “De tardinha saímos, eu e Manoel, e fomos ao palácio cumprimentar o presidente; de lá voltei a casa a mudar a casaca, pus uma sobrecasaca, saí de novo eu só” (Alemão, 2011, p. 465). Apesar de aquele dia registrar temperaturas entre 22 graus e três quartos e 24 graus, o céu anuviado e carregado dá a ideia de um clima mormacento, e ele mesmo chega a fazer conjecturas sobre tal fenômeno.

É notável nesta província a marcha do calor; o sol é muito quente, abrasador, mas dentro de casa a sensação de calor não é tão desagradável como do Rio; bem que [f. 268] se sua muito (eu aqui suo mais que no Rio, principalmente aqui na cidade, é para mim um grande incômodo estar vestido, quer de dia, quer de noite, tenho sempre a roupa enopada, mas chegando a casa de noite suado, despindo-me e deitando-me na rede refresco e as noites passam melhor que no Rio. Será isto devido à rede? E ao serem as casas de telha vã? (Alemão, 2011, p. 485).

Expressões como vestido “à ligeira” e “à fresca” dão conta de momentos em que estava mais relaxado, na privacidade dos lares provisórios, escrevendo, desenhando, ou em meio de pessoas mais simples ou íntimas. É notável o desagrado que sente ao ser surpreendido à fresca por visitas que chegavam sem aviso, como também a censura que fizera aos primeiros visitados, como o suplente de subdelegado “muito à fresca em uma mui pequena casa de comércio, a loja, antes armarinho” (Alemão, 2011, p. 39). Noutra ocasião, estando em casa e à fresca, Freire Alemão foi surpreendido pelo sobrinho e pelo tenente Felicíssimo, que adentraram a salinha acompanhados de alguns caboclos que começaram a dançar o torém. Em meio à surpresa e ao constrangimento, ainda pôde fazer reparo ao que fazia o grupo, liderado por um caboclo velho, Frei Cabochos, que portava “um instrumento gentílico, espécie de castanholas, feito das sementes do agoaés (*Thevetria*)”: “Este passo de dança invariável é acompanhado por um canto monótono [e] pela repetição, e pouco variado nas notas musicais. Disseram-nos que era o canto da cobra” (Alemão, 2011, p. 350). Logo depois, aclarou o seu verdadeiro interesse: adquirir algumas nozes do chocalho do velho (que já havia identificado a que planta pertencia), certamente com o fito de ter à disposição mais uma espécie para sua coleção botânica.

Só a prevenção e a formalidade de um evento o colocariam na obrigação de vestir casaca ou sobrecasaca, peças tão pesadas e incômodas na província, chegando a desistir de ir a uma função por esse motivo. “Eu tinha convite para ir ao sarau do Dr. Justa, para ouvir cantar as irmãs, mas chegando cansado não tive ânimo de me vestir de casaca. Vesti-me pouco mais à ligeira, fui para a casa do Sr. Franklin de Lima e achei sentada à porta a senhora cunhada dele” (Alemão, 2011, p. 288). Em contraste, no lugar chamado São José, comenta a austeridade desconfortável das roupas de vaqueiro:

Quase todos os vaqueiros, se não todos, são sapateiros, fazem as suas vestes, fazem seus arreios, fazem sapatos etc.

A sela do vaqueiro é muito rasa, alta, sem feitio, dura, guarnecida por duas abas que se chamam *gualdrapos*; antes selins, não sei por que [a] denominam ginete. Dão o nome de *roladeira*, é o ginete com um arção levantado adiante, com gualdrapos. Hoje estão usando dum selim que denominam *selotes*, que ora tem gualdrapos e se assemelha ao selim, e no inglês, que eles chamam silhão. Diz o nosso hóspede do Riacho que para o campo não há nada como o *ginete*.

As botas de que usam os sertanejos – e mesmo os pracionos quando viajam – são espécies de botas russilhonas, mui duras e tesas, desengonçadas e que nada enfeitam ao cavaleiro, ainda que este seja bem empernado (Alemão, 2011, p. 261).

Quanto ao calçar, além dessa única referência a botas que não as suas, o botânico fala de homens que cavalgavam de chinelos, o que lhe devia parecer bastante estranho. “O Sr. Pacheco quis ser o nosso guia; fomos eu, Manoel e ele somente. Não se incomoda muito [de] montar a cavalo em mangas de camisa, e em chinelos” (Alemão, 2011, p. 378). Enquanto isso, as mulheres usavam “de chinelos, tamanquinhos ou mesmo sapatos” (Alemão, 2011, p. 247). Essas poucas referências a calçados dão a entender que as pessoas pobres andavam, de ordinário, descalças, mas fez questão de notar esse fato cinco vezes durante a escrita do diário. Numa missa, detalha com certo estupor: “As famílias mais decentes, e eram poucas, tinham-se colocado pela parte de cima das grades; os homens, que ainda eram mais poucos, estavam em roda, encostados às paredes pilastras e postos junto à capela-mor, onde havia até moleques de pés descalços” (Alemão, 2011, p. 65).

No tocante à indumentária feminina, há um misto de reprovação e interesse ao descrever as mulheres de saia e em mangas de camisas rendadas e cheias de crivos. Em Quatiguaba, lamenta que o aspecto da filha mais nova de seu anfitrião. Apesar da “proporcional altura, esbelta, alva, corada, bonitos e negros cabelos, lindos olhos, formosa boca, gracioso riso”, esses caracteres perdiam destaque ao usar “uma simples saia amarrada à senhora, sobre uma [f. 96] camisa,

decotada, com gola de renda, que mal cobriam duas tentações, os pés descalços, e mais nada” (Alemão, 2011, p. 366).

Parece-lhe contraditório que essas mulheres, em outros momentos tão prevenidas e relutantes em serem vistas por gente estranha, apresentem-se com roupas com mais bordado do que tecido, que não escondia muito: “depois do Icó a maior parte da gente do povo e mesmo algumas senhoras em sua casa andam vestidas de saia, com camisas finas, transparentes, cheias de crivos, entremeios, rendas, babados etc. etc.” (Alemão, 2011, p. 159). Enquanto meninas e mulheres do sertão, de vestido, “andam decentes, outras, e isso é o mais comum, têm os vestidos atacados pelo cós, mas o corpinho solto e caído, mostrando a camisa rendada, os mais bem modelados seios e às vezes um lencinho pelo pescoço” (Alemão, 2011, p. 247).

O diarista critica duramente a *tafularia* de duas moças, filhas de um *pobretão*, Cândido Cagaé, que queriam, por meio de roupas e adereços, emparelhar com as damas, enquanto os seus irmãos mais novos se mostravam malcriados e insuportáveis, com o feio costume de chupar os dedos. Nas vilas maiores, o gosto no trajar se elevava nos eventos religiosos, trazendo as mais gradas vestidos de seda preta, de veludo, xales de filó, lenços, véus, além de “adereços de ouro, como cordões, pulseiras, broches etc., e estavam bem penteadas” (Alemão, 2011, p. 113).

Grande concorrência do povo, era curioso ver-se o corpo da igreja todo cheio de mulheres, quase todas com lençóis ou xales, brancos, muito alvos, lançados pela cabeça. As senhoras que trajavam cortesãs com vestidos de sedas ricos, bem-feitos e airosos, bem penteadas etc., traziam todas um lencinho dobrado em triângulo posto em cima da cabeça e algumas com eles atados por baixo do queixo; e uma menina que estava na tribuna em frente da nossa bem vestida, vestido de seda furta-cor, roxo e verde, afogado com cabeça de franjas, tinha um lencinho transparente, rendado e posto mui elegantemente pregado embaixo dos queixos, à maneira dum véu de freira, o que fazia sobressair um rostinho redondo, corado e bonitinho (Alemão, 2011, p. 188).

Apesar de fazer várias referências a rendeiras, bordadeiras e tecelãs, que fabricam toalhas, algodão para roupa ordinária, enfeites, lenços, pano para redes, varandas, não se encontra no diário a palavra costureira; apenas uma referência ligeira no caso das *tafuleiras* do Icó, referindo que os vestidos que as moças cobiçavam eram caros e chegados de baixo, talvez numa referência à província de Pernambuco. “Chegaram de baixo alguns vestidos de veludo, de grande preço para a terra, 60 e 80\$ [sessenta e oitenta mil-réis]; foram as pessoas mais ricas que os compraram” (Alemão, 2011, p. 125). No máximo, consegue em Fortaleza que

suas gravatas de seda sejam embainhadas por uma das filhas da dona Francisca Bezerra, Filomena (Filó).

As roupas femininas aparecem ainda como mote para analisar o grau de civilidade das cearenses, que, em alguns aspectos, não evoluía com o tempo. Em conversa, D. Francisca Bezerra comenta com o botânico que as senhoras do Icó se vestiam melhor do que as de Sobral — relatando ela ter visto em Fortaleza “duas moças do Icó vestidas de sorte que pareciam figurinos franceses”. “Acrescentou que quando ela era menina, estando no sertão, [f. 346] as sertanejas trajavam com muito mais gosto, procurando sempre cores as mais vivas para seus vestidos, xales etc., usavam muito de vestidos vermelhos cor de tijolo, vestidos amarelos etc. etc. Hoje está isso mudado” (Alemão, 2011, p. 540). E também para fazer comparações no tocante à constituição física das locais, caracterizando-as como mais entroncadas do que as cariocas.

Em conversa com D. Francisca fez ela uma observação a que eu não havia dado atenção, e é que as moças do Rio de Janeiro têm o colo mais esbelto que as do Ceará e os ombros mais caídos, e pescoço e rosto mais comprido. Assim têm elas os seios mais baixos e pode[m] usar de vestidos bem decotados; o que não acontece no Ceará, que com vestidos um pouco decotados mostram os seios. Observei exato porque isso depende dos caracteres da raça que domina no Ceará. Os caboclos têm cara curta, pescoço grosso e curtos, espáduas largas e ombros altos (Alemão, 2011, p. 473).

Nem todas as modas são do agrado do presidente da Comissão Científica. Em Fortaleza, faz reparo ao excesso de carnes das moças, acentuado pelo uso das crinolinas, que ele chama de balões.

Observam na reunião do José Albano, onde como disse estavam muitas meninas, algumas bonitinhas, mas em geral gordas demais, notei era isso muito geral agora o uso de enormes balões, que produzem mau efeito, principalmente quando as senhoras se sentam – duas só ou três delas se achavam vestidinhas com gosto (Alemão, 2011, p. 540).

A crinolina, armação cujo nome é devido ao uso original de crina de cavalo trançada para seu fabrico, era usada para dar volume às saias sem a necessidade de numerosas e engomadas anáguas. A crinolina é considerada um dos primeiros “modismos” e marco do início da indústria da moda, sendo usada em diversas partes do mundo entre 1852 e 1870. Se, por um lado, as armações em forma de balão tornavam a indumentária feminina mais leve e arejada, algo especialmente sensível numa província equatorial, por outro lado dificultavam a movimentação e deformavam as mulheres mais cheias de corpo, fazendo-as parecer atarracadas.

Apesar de não fazer considerações sobre o porquê de tais usos e costumes, Freire Alemão parece entender que eles não se limitam aos limites do Ceará.

Ainda no Aracati, em inícios de viagem, o botânico registra ter-se despedido “do juiz promotor, que o achamos na sala, em mangas de camisa, com uma menina ao colo, junto com sua senhora. O juiz é filho de Pernambuco e ela filha do Rio Grande do Norte” (Alemão, 2011, p. 69). O trecho traz indícios de que esta forma de trajar não era exclusiva da província cearense, uma vez que o juiz promotor, pernambucano, vestia-se da mesma forma, sem causar qualquer espanto à esposa potiguar. E também transmite um sentido de indiferença no tocante aos limites geográficos, sociais e culturais entre as províncias, ainda que o botânico pontue, em vários momentos de sua narrativa, as disputas bairristas e as pequenas provocações. Os cearenses falam do Piauí “com desprezo e denominam a província Terra dos Serões, o que eles têm horror”. O Rio Grande do Norte entendem como extensão do Ceará, e não se ocupam dele. Os pernambucanos não contam com a mesma atitude, pois “não cessam de fazer comparação entre o povo dali com o do Ceará, pondo os cearenses mais acima dos pernambucanos em inteligência, em correção de linguagem, em costumes mais brandos etc.” O Maranhão também não fica atrás em despeito: “Com os do Maranhão há mais rivalidade: os maranhenses chamam aos cearenses *cabeças-chatas* e os não têm em bom conceito; os cearenses também se desforram como podem” (Alemão, 2011, p. 62).

Em 7 de novembro de 1859, no primeiro encontro com o sr. José Frutuoso Dias do Icó, “o achei à janela com a mulher e filhas, com a camisa por cima das ceroulas e depois que me cumprimentou é que vestiu um chambre; é genro do visconde de Icó” (Alemão, 2011, p. 113). A forma como Freire Alemão organiza tais informações não parece ocasional: somente depois de cumprimentá-lo e, talvez, de ter percebido que se tratava de gente importante, é que o sr. Frutuoso Dias coloca o chambre, ficando mais composto e demarcando seu lugar como “genro do visconde de Icó”, um dos principais da vila. De fato, o chambre não passou despercebido a outros viajantes que palmilharam os sertões brasileiros.

Em 1809, em passagem pelo Rio Grande do Norte, Henry Koster e sua comitiva foram recebidos no engenho do capitão-mor, onde “as principais pessoas da casa nos cercavam, para ver o bicho estranho chamado inglês”. Mas a estranheza era recíproca, ficando patente na descrição que Koster faz de seu anfitrião, homem que, como outros de sua classe no Brasil, vive isolado em seu engenho, num estado feudal, vestindo senhorialmente camisa, ceroulas, “um longo roupão, chamado ‘chambre’, e um par de chinelas. É a indumentária típica

de pessoas que nada têm a fazer. Quando um brasileiro começa a usar um desses ‘chambres’ têm-no logo na conta de importante e lhe dedicam, subseqüentemente, muito respeito” (Koster, 2003, p. 107).

O *robe de chambre*, ou *peignoir*, não chega a ter a mesma conotação de roupa íntima das ceroulas, mas seu uso na Europa, nos séculos XVIII e XIX, era restrito ao ambiente doméstico, que se mostra, no máximo, em presença de familiares. A acidez de Koster em relação a essa forma de distinção dos potentados locais pode ser entendida pelo fato de, no início do século XIX, essa peça essencialmente masculina ser ricamente ornada a fim de contrastar com a “roupa do dia”, sóbria e, muitas vezes, preta. Para um europeu, devia ser risível ver um homem grado receber estranhos com um roupão de casa, de tecido pesado, talvez decorado com debruns ou bordados, por sobre camisa e ceroulas de algodão, num desleixo tal que só poderia ser explicado por esse homem nada ter o que fazer.

Dias depois (29 de novembro), estando já a Comissão Científica em Lavras, a questão da vestimenta masculina reaparece, como costumes residuais na forma de vestir, a exemplo dos “lençóis” com que as mulheres se apresentavam em público:

Estes lençóis que as mulheres trazem pela cabeça foram a princípio verdadeiros lençóis, com que as mulheres saíam da rede e com que saem à rua e à igreja. Mas hoje só os muito pobres é que usam dos lençóis; em vez dos lençóis são hoje toalhas com babados e rendas, e quase sempre mui limpos, mas que conservam o nome primitivo de lençol. É o mesmo que acontecia aqui no sertão e talvez mesmo nas cidades do litoral com os homens, que andavam de camisa solta sobre as ceroulas e por cima um timão: assim [se] recebia, saía à rua e ia à igreja. Hoje os timões são raros e em vez do timão usam de um chambre; este chambre é ou era algumas vezes rico, de seda, de veludo etc. Diz o Dr. Théberge que ele é que os fez desaparecer no Icó.

[...]

Aqui em Lavras o nosso bom Teixeira não anda de outro modo, em casa recebia-nos em ceroulas e para a praça saía de chambre.

Para Freire Alemão, esse modo de vestir testemunhado na província, apesar de comum e, em certo sentido, tradicional, dava sinais de estar em mutação, como no sítio onde se hospedaram nas ladeiras da serra do Araripe, revelando o desabrochar de uma certa noção de circunstância, refletida no trajar. “O Sr. Lopes, dono deste sítio, é um caboclo, ou mameluco, de seus 60 anos, que veio desse serviço de camisa sobre as ceroulas e assim se conservou sempre, mas os filhos, e são bastantes, e os vizinhos que vieram ver os bichos, estavam decentemente vestidos”. Em vilas maiores e mais desenvolvidas, como a do Crato, as festas religiosas ensejavam a saída mais composta:

Acompanharam a procissão algumas irmandades e muita gente de casaca com tochas. Seguia a música e alguma tropa e por fim grande número de cabras de camisas por cima das ceroulas, mas limpas, o que nos parece corresponder às mulheres de lençol na igreja. Tudo para sisudez e gravidade (Alemão, 2011, p. 188).

A sisudez e gravidade da “gente cabra”, à falta de roupas “decentes”, eram demarcadas pela limpeza das camisas e ceroulas que os homens vestiam; no caso das mulheres, pela alvura dos panos com que cobriam a cabeça na igreja. Aqui Freire Alemão se refere à missa ocorrida antes da procissão, quando as mulheres, de todas as classes, faziam o corpo da igreja parecer um grande mar branco, quase todas com seus “lençóis e xales, brancos, muito alvos, lançados pela cabeça”. Mesmo as senhoras que trajavam vestidos de seda ricos traziam por sobre o penteado um lencinho dobrado em triângulo, branco ou transparente, alguns atados por baixo do queixo — que dava a algumas um ar de freira, fazendo sobressair “um rostinho redondo, corado e bonitinho” (Alemão, 2011, p. 188).

Esses trechos nos chamam a atenção para outra referência valorativa, que talvez ajude a entender o aparente pouco caso em relação às roupas: a noção de limpeza. Segundo Denise Bernuzzi de Sant’Anna, os níveis de limpeza ou mesmo o grau de virtude de um indivíduo, até meados do Oitocentos, eram indicados menos pela frequência com que este tomava banho ou pela quantidade de peças de roupa que colocava sobre o corpo, e sim pela alvura e o engomado dessas peças.

Os tecidos recobrimo o corpo tendiam a funcionar como os principais denunciadores da higiene pessoal e, ao mesmo tempo, da decência. Entre algumas mulheres de obstinada fé cristã, os banhos poderiam, até mesmo, abalar a virtude, despertar suspeitas morais imperdoáveis, ao passo que as roupas limpas, ao contrário, eram uma tranquilizadora prova de retidão do caráter. Daí a importância extraordinária das lavadeiras e engomadeiras: seus ofícios viabilizavam a ostentação pública da limpeza física e moral dos seus patrões. [...] especialmente a partir de meados do século XIX, roupas lavadas e engomadas, sapatos limpos e com certo brilho distinguiam e conferiam virtude a seus usuários (Sant’Anna, 2007, p. 123).

Freire Alemão não deixa de fazer observação sobre o trato, por vezes exagerado, que lavadeiras e engomadeiras davam às roupas e panos de casa. Nos confins do sertão, diz, lava-se bem, ainda que a bordoadas; e a aplicação das engomadeiras em seu ofício é tal que “tudo [se] engoma, toalhas, lenços, ceroulas, e até camisas de meia tudo leva goma, mesmo” (Alemão, 2011, p. 345). No Crato, o botânico chegou a ter um desentendimento com a moça incumbida de lavar e passar suas roupas. Apesar de sua recomendação expressa para que não se engomassem ceroulas, camisas de meia, lenços, toalhas e calças, estas vinham

tesas de goma, e era preciso mandar voltar para desengomar. O cúmulo de sua irritação ocorreu quando a lavadeira fez o trabalho às avessas: “vinham as camisas com peitos e colarinhos moles e as ceroulas, lenços etc., tesos de gomas! Aqui no Crato a moça que engomou a minha roupa, porque já aborrecido fiz voltar a roupa para [f. 246] pô-la a meu gosto, afligiu-se, chorou, maldisse-se, porque não me entendia!” (Alemão, 2011, p. 198). É possível que a lavadeira entendesse que tais peças precisavam ser engomadas, uma vez que eram vistas de ordinário como roupa de vestir à rua, e não como roupa de dentro. Já os peitos e colarinhos podiam ser-lhe coisas completamente estranhas, desconhecendo, portanto, a necessidade de engomá-las como às outras peças. Ou talvez, no fim das contas, fosse uma pequena vingança da lavadeira, temperada com sonsice, para descontar o trabalho a mais que teve em desengomar as roupas. A prioridade da limpeza poderia até suplantiar a atenção a outros perigos.

Hoje apanhei um carrapatinho que me passeava pela mão estando eu lendo na rede, e foi agora que achei a explicação de umas dentadas que sofria pelo corpo, deixando-me [f. 342] babuas [sic], e que não podia atribuir a dentadas de mosquitos; estes tratantes vêm seguramente na roupa, que vem do rio (Alemão, 2011, p. 276).

Além das associações entre limpeza corporal e moralidade, é preciso acrescentar que, mesmo fora de um período de estiagem, a disponibilidade da água numa província como o Ceará acaba por restringir seu uso. Nos sertões, onde não há água encanada ou raramente se aplicam outras formas de captação direta, a circulação das águas limpas e servidas depende do deslocamento físico de pessoas até as fontes aquíferas e de despejo. Para quem não tinha escravos ou criados para atribuir tal tarefa, bem como animais de carga que permitissem o transporte de uma maior quantidade de água por deslocamento, é possível concluir que essa disponibilidade se restringia ao mínimo necessário. Essa realidade não passou despercebida a Freire Alemão, que nem por isso deixou de exprimir seu incômodo não apenas com a restrição do banho a mãos e pés, como também à textura da toalha endurecida pela goma e a limpeza feita, mesmo nas melhores casas, à vista de todos.

Nada desejávamos tanto como um banho; mas é coisa que raramente se oferece no sertão; isto é sem dúvida devido já à falta d'água no verão, já ao costume de se banharem nos rios. E quando vem água é numa pequenina gamela, ou bacia, onde mal cabem os pés: esta bacia com água se apresenta no meio da sala e o preto, criado ou criada que a traz, com uma toalha ao ombro, que tem mais de crivos e rendas que de pano, e além disso dura de goma, dispõe-se a lavar os pés dos hóspedes e donos da casa. Nunca me pude acostumar a semelhante uso e mandava levar a bacia para um quarto ou canto, e aí eu mesmo lavava os meus pés e me banhava se estava só (Alemão, 2011, p. 197).

Adicione-se a isso o fato de que imperava, naquele período e em grande parte do Brasil, o banho a seco, ou com água numa quantidade que, para nossos dias, seria considerada insuficiente — não raro misturada a produtos tidos como agentes de limpeza tão ou mais potentes do que a própria água, como vinagre, colônias e pedaços de sabão (Sant’Anna, 2007, p. 122). Acreditamos, a partir do que Freire Alemão fala (ou cala), que tais produtos não fossem de uso comum no sertão, a ponto de torná-los verdadeiro regalo. “Ao despedir-me, não tendo nada de alguma merenda que ofereceu a algum dos filhos, ofereci à mais velha um pau de *sabão de areia* para lavar as mãos” (Alemão, 2011, p. 258). Fica patente, ainda, a mudança em relação ao lugar e à visibilidade da limpeza corporal — da sala para o quarto, da experiência compartilhada e servil para o ato solitário e autossuficiente.

Havia então uma série de precauções relacionadas à imersão do corpo em água, advindas da teoria hipocrática dos humores. Segundo Sant’Anna, acreditava-se que mergulhar o corpo em tinas ou banheiras poderia causar uma mudança abrupta de temperatura. E, no caso de banho com água aquecida, esta poderia se infiltrar pelos poros, desequilibrando os humores ou destemperando a sua qualidade.

Fica a impressão de que a água podia determinar mudanças fisiológicas perante as quais o corpo humano ainda não havia encontrado suficientes resistências. Assim, a adoção natural do banho diário e de corpo inteiro era uma prática embaraçada pela suposição de que o contato com a água enfraquecia “aguava” a força vital, causando enfermidades de vários tipos. Ao mesmo tempo, essa prática era dificultada pelas condições várias vezes custosas para obter o fluido em abundância (Sant’Anna, 2007, p. 122).

A água será um tema recorrente na narrativa de Freire Alemão, seja por tratar-se de um elemento essencial a qualquer viajante em território desconhecido, seja pelo *status* de preciosidade que adquire num meio onde a irregularidade das chuvas pode implicar a vida e a morte de populações. Mas, mesmo entre locais, nem toda água é boa, ou é indicada apenas para determinadas aplicações, principalmente a água destinada para o consumo humano. Seus usos são envolvidos por uma série de prescrições e precauções, a que Freire Alemão busca dar um nexo científico:

Também a respeito da água, em todo o Ceará é opinião corrente que a água, principalmente a de cacimba, bebida no mesmo dia em que se apanha, causa rouquidão, e cerramento de peito. O certo é que o solo do Ceará, tendo sempre uma temperatura elevada, a comanda as águas quer de cacimba quer de fonte ou rio, que as tornam pesadas e más; porém guardada dum dia para outro, refrescam, e se purificam. Há aqui grande prevenção contra água de chuva, que desprezam, querendo antes beber a de cacimba ou de rios, que nem sempre são boas.

Mas a água também é fonte de refrigério e recreio para essas populações. “A gente do país gosta muito de banhos nos rios; é um de seus maiores prazeres, pouca gente se lava em casa, exceto na ocasião das grandes chuvas, em que aproveitam as galhetas, principalmente as mulheres e meninos” (Alemão, 2011, p. 502). Em Baturité, o botânico se refere ao “caminho da Candeia, guarnecido de algumas casas e por onde descem as famílias para irem ao banho, como há pouco havia feito a família do Sr. João Carlos de Oliveira” (Alemão, 2011, p. 456). Antes disso, no dia 2 de outubro de 1859, Freire Alemão acordou cedo para tomar banho no Jaguaribe. Mas era domingo, e lá chegando, encontrou muita gente: raparigas, pretos e pretas apanhando água e dando banho em crianças. Procurou, de toda forma, afastar-se para achar um lugar que lhe conviesse. Mas, quando pensou tê-lo achado em poços grandes formados junto a uma laje, encontrou ali pescadores, e entre eles uma mulher. “Não havia mais a escolher, despi-me e banhei-me à vista de Deus e de todo o mundo” (Alemão, 2011, p. 98).

O uso do banho coletivo, num ponto específico, também pode ser interpretado como uma forma de prevenção contra afogamentos, nos períodos em que essas fontes de água se encontram mais carregadas pelas chuvas. Mas, para Freire Alemão, que atentou mais de uma vez para o fato de a gente do país não se banhar em casa nem desacompanhada, esse proceder era associado à falta de decoro. “O banho aliava-se às virtudes civilizatórias desde que ocorresse no espaço fechado das casas de banho ou dentro das moradias. O banho civilizador tendia a ser, cada vez mais, aquele ocorrido solitariamente, longe do olhar de estranhos, ao abrigo da contemplação dos conhecidos” (Sant’Anna, 2007, p. 162).

Há uma única referência a uma casa de banho no sertão, na casa do Sr. Caminha do Aracati. A palavra *banheiro* é empregada para lugar de se tomar banho. Também incomodava Freire Alemão a ausência de utensílios mínimos para banho, higiene corporal e necessidades fisiológicas, como bacias de rosto e gamela de banho; quando havia, eram “trastes mui toscos; os assentos eram poucos e muitas vezes fixos, ou bancos compridos, poucas ou nem uns mochos”. Não faltava, porém, o leite a ser tomado antes do banho, num copo que ainda vinha quente do úbere da vaca. Por intermédio de um informante, tem a notícia de que apoplexia nos sertões era, em outros tempos, atribuída à pessoa passar muitas horas sem urinar. Mas como não havia urinóis, “levantavam-se de noite, e vinham urinar fora nas manhãs frescas do tempo seco. E perguntando-lhe eu se as mulheres também saíam a urinar fora, disse-me que não, que se arranjavam com qualquer coisa, como com um fundo de pote velho etc. etc.” (Alemão, 2011, p. 531).

Como nos adverte Silva Filho, no diário de Freire Alemão, a lembrança das secas terá menos relevo do que as descrições e notícias de transbordamentos de rios, o que indicaria o relativo refrigério que a província vivia nos últimos anos — a última grande seca ocorrera em 1845 (Silva Filho, 2006, p. 18). Ainda assim, o botânico chega a manifestar preocupação com a possibilidade de ficarem isolados, talvez com a preocupação adicional de permanecer mais tempo com pessoas cujos costumes ele pouco se podia acomodar.

A referida passagem por *Vaca Morta* talvez seja um dos momentos em que Freire Alemão tenha expressado, de forma mais candente, o seu asco pela forma de vida dos sertanejos. A fazenda parecia condensar suas principais fontes de repulsa, fosse pelos víveres oferecidos ou, a seu ver, pela falta de modos e higiene dos anfitriões — o maior distanciamento que havia encontrado até então em relação a si próprio. Um lugar onde os trabalhadores comiam, em pé, um escaldado servido sobre uma toalha suja, regalando-se com uma água “que parecia tirada de um poço de porcos! A que nos deram de dentro era um pouco melhor, mas no copo parecia chá carregado com pouco leite. Com grande repugnância eu bebia alguns goles”. Um dos poucos sinais de limpeza era o fato de lavarem as mãos antes e depois da refeição, com sabão, e apenas porque “comiam com colher o pirão, levando-o à boca com a colher voltada, e a carne comiam com a mão”. A má impressão era acentuada pelo trato autoritário do fazendeiro em relação a seus subordinados: “Outro costume que aqui temos achado e com o qual não me posso acomodar: acabada a primeira mesa dos amos e hóspedes, vêm para a mesma mesa, com outra comida, os criados, quem quer que eles sejam” (Alemão, 2011, p. 262). Mesmo com a diferença entre a comida dos trabalhadores e a dos “amos e hóspedes”, a descrição do jantar que lhe fora servido é feita em termos de grande aversão, certamente a mesma que sentiu ao ingeri-lo.

O meu jantar só me foi apresentado às oito horas da noite! Com que fome eu estava! Havia mandado fazer uma sopa, para melhor suportar a sede: do caldo da galinha que se fez com arroz; mas o caldo grosso e escuro me parece lama e só comi não sem repugnância o pão. Vamos ao arroz: apareciam nele alguns pontos luminosos, como se fosse malacacheta. “Que é isto?”, perguntei ao José. “São *caga-fogos* que caem no arroz!”. Seja tudo pelo amor de Deus: comi doce e logo depois uma xícara de café, feito com tal água! (Alemão, 2011, p. 262).

Outra circunstância que o botânico considera de pouco recato, hábito com o qual não se acomodava, era deixar as crianças figurarem nuas, em casa ou na rua, como coisa muito normal. O botânico relata que, ao atravessar o rio Canindé, que estava raso (dois palmos de fundo), deu com um grupo de

lavadeiras e, no meio delas, uma menina de 10 a 12 anos que não mostrou acanhamento mesmo quando ele passou perto dela com o cavalo. Considerando-se que, para a época, 12 anos já era idade suficiente para demonstrar pudor. “As crianças machos e fêmeas andam nus até quatro anos e mais. Ainda agora a caçula do Sr. Zacarias, em Canindé, que tem mais de sete anos, anda em fralda de camisa, não só em casa, sai à rua, e ia à nossa casa, que éramos vizinhos, nessa toaleta” (Alemão, 2011, p. 444). Além da questão da decência, que, a seu ver, deveria ser inculcada desde a mais tenra idade, preocupava Freire Alemão a falta de asseio desse proceder.

Mas nenhum outro “costume do Ceará” irritava mais nosso diarista do que o ato de não descobrir a cabeça num recinto interior ou na presença de visitas ou autoridades — em outras palavras, dele próprio. Retirar o chapéu é um gesto que tradicionalmente envolve cortesia, reverência e intenções pacíficas, uma vez que é uma peça que tanto protege a cabeça quanto pode escondê-la. Até inícios do século XX, era comum voltar para casa com o chapéu sujo de poeira ou, na era industrial, de fuligem das fábricas e veículos a motor, dando ao gesto de tirar o chapéu logo à entrada um sentido de higiene. Descobrir a cabeça também era um indicador de intenções. Entrar num ambiente fechado sem chapéu ou retirá-lo num encontro com alguém, dando a ver o rosto de quem se descobre, eram gestos que não passavam despercebidos, uma vez que sinalizavam respeito pelas pessoas ao redor. Ou que quem entrava podia, literalmente, “mostrar a cara”: não estava incógnito ou em situação de conflito.

Um pouco antes de se retirar do Aracati, em visita ao coadjutor, encontrou em casa deste, “em roda de uma pequena mesa alguns rapazes, e um deles sentado à cabeceira da mesa se conserva com o chapéu na cabeça e dirigindo-lhe algumas palavras, apenas me respondeu conservando sempre o seu chapéu”. Freire Alemão responde à grosseria dirigindo a vista para a janela, desviando o olhar do tal malcriado (e talvez o deixando a falar sozinho). Porém, em seguida, entra na casa um padre, que “conversou comigo [e] se conservou coberto, é uma caricatura de Quáquer.³ Os outros se mostraram mais civis tomando-me o chapéu e chegando uma cadeira” (Alemão, 2011, p. 69).

3. Quáquer (também chamado de quaker ou quacre) é o nome dado aos membros da Sociedade dos Amigos, uma seita protestante de origem inglesa fundada no século XVII, que prega a simplicidade, a igualdade entre os homens e o pacifismo. A seita floresceu nos Estados Unidos depois da fuga de seus membros da perseguição do rei Carlos II, cuja autoridade religiosa não era reconhecida pelos quakers. O traje típico dos emigrados incluía um chapéu pontudo com fivela, que eles conservavam na cabeça mesmo em locais fechados ou na presença de autoridades, como forma de demonstrar que não reverenciavam nenhum ser humano, apenas Deus.

Ao chamar o padre de “caricatura de Quáquer”, Freire Alemão não quer ridicularizá-lo por suas vestes, e sim destacar o que ele considera uma descabida atitude antiautoritária do sacerdote, deixando claro que há aí uma questão mais profunda do que uma mera descortesia. Poder-se-ia pensar que o primeiro rapaz, cuja origem ou grau de instrução desconhecemos, cometeu uma gafe involuntária ou era, simplesmente, um rude. De qualquer forma, o ato não ficou sem reação, já que Freire Alemão passa a não mais tratar com ele, desviando o olhar para a janela. Mas, no caso do padre, como homem de certa instrução, não se pode justificar o desconhecimento de uma regra de conduta tão basilar. Talvez, ao perceber que estava diante de um homem diferente daqueles que estavam em volta da mesa, fosse pelas roupas, pela fala ou pela postura, o padre deliberadamente quis se conservar coberto, deixando patente a antipatia e o pouco caso com aquele estranho, *estrangeiro*, como tantas vezes os comissionados foram confundidos. As coisas só não desandaram de vez porque os outros homens o trataram mais civilmente, “tomando-me o chapéu e chegando uma cadeira”, como forma de dissipar a tensão e fazê-lo se sentir mais a cômodo. A “caricatura de Quáquer” pode ser entendida como uma maneira de Freire Alemão ressaltar a vanidade da atitude do padre, como se este fosse um quáquer deslocado no tempo e no espaço a desafiar uma autoridade temporal. Mais uma vez, entra em cena a desconfiança dos locais em relação a um elemento exótico, ao *outro*, que ganha contornos ainda mais fortes pelo fato de o outro ser um representante do Império brasileiro, mas não sabemos se o padre conhecia de antemão esse fato.

Mais adiante, outras situações mostram que, entre caboclos e cabras, o hábito de manter o chapéu permanece, como atitude de gente sem trato. É o que se dá em Jaguaribe-Mirim: “Tivemos todo este dia a casa cheia de gente, homens e meninos, todos aí entraram muito sem cerimônia, com o chapéu na cabeça, e nos iam logo fazendo questões, mirando e pegando em tudo, a maior parte com camisa solta sobre as ceroulas, ou calças” (Alemão, 2011, p. 98). Ou bem mais adiante, na Festa de Reis de 6 de janeiro de 1861, dessa feita, passada em Sobral, onde a “música consistia numa viola tocada por um cabra que tinha sempre o seu chapéu na cabeça: é costume do Ceará” (Alemão, 2011, p. 405). Entretanto, o diálogo com dois irmãos fazendeiros, assentados na serra de Baturité, dá ao botânico outra chave de leitura para o gesto, de certa forma similar ao do padre de Aracati que tanto o agastara.

O Sr. José Fortunato está sempre queixoso da vida que leva na serra, do pouco proveito que tira, e da má gente que a povoa, bem entendido da gente *cabra*. Diz que são indolentes, preguiçosos, e muito altanados, isto é, tratam a toda a gente qualquer que seja como de

igual a igual, e é necessário viver com eles com muito cuidado, sendo muito ciosos de sua liberdade. Custa a ter aqui um criado, porque entre eles não há quem queira servir, e se se traz de fora um criado esse é logo aconselhado por eles que não sirva, porque não é escravo. Tratam a todos de maneira mais familiar, chamando os Sr. Juca, Sr. Manoelzinho, Sr. Joãozinho etc. etc. Entram pelas salas de chapéu na cabeça, vão se sentando sempre coberto, apertam mão etc. etc. Se algum se quer tratar com mais alguma consideração, é logo olhado como soberbo, fidalgo, rei etc. No entanto o Sr. Batista acomoda-se bem com esta gente.

No caso dos cabras, a falta de boas maneiras se soma à atitude de aversão a tudo que recendesse a autoridade e mando — pelo menos era assim na visão dos potentados. Servir, para esses cabras “ciosos de sua liberdade”, seria o mesmo que submeter-se à escravidão, num nível de trabalho tradicionalmente relegado aos negros. Em contrapartida, parecem ter muito cuidado e receio com os homens mais industriais, como o Sr. José Bernardo Teixeira, que agasalhou os comissionados no Ipu. O próprio Freire Alemão se surpreende ao encontrar na casa do anfitrião “uma máquina de costura, que trouxe o ano passado de Pernambuco [e] com que tem admirado aqui este povo, que julga aquilo movido por artes diabólicas, ‘obra do cão’, dizem eles, e nem querem vestir roupa cosida na máquina” (Alemão, 2011, p. 326).

O aspecto caleidoscópico do diário, muitas vezes, infunde no pesquisador o sentimento de algo inapreensível. As tentativas de análise e organização parecem, a todo momento, falhas e insuficientes para dar conta da complexidade dessa escrita, além do risco constante de reducionismo. Assim como seu autor, o diário se presta a várias atribuições, e sua composição dá conta das tribulações em se empreender uma narrativa alinhada com os pressupostos da ciência e do homem modernos. Procurou-se aqui colocar o diário exatamente a partir dessa tentativa de abarcar uma realidade que igualmente parecia ao seu autor fugidia e inapreensível, principalmente no confronto com as ideias e noções que trouxera da Corte. O cotejo do diário e da história da Comissão Científica de Exploração com outros escritos de Freire Alemão deslinda estratégias, lutas e decepções que tiram da ciência esse aspecto asséptico e desinteressado, tornando-o tão palpável quanto a tinta e o papel que se convertem em carne e sentimento daquele que escreveu.

■ Bibliografia

- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Volume I, 12ª edição, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003.
- KURY, Lorelai. "Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem". *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 863-880, 2001.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. In ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.